



A situação dos espaços urbanos em Moçambique: de 1980 a 2017

Elmer Agostinho Carlos de Matos ¹  

Alice Alfredo Zua Nunes ²  

Filimone Carlos António ³  

Shaquil Rachide Rajabo ⁴  

Destaques

- Os espaços urbanos moçambicanos são um produto histórico da colonização, por isso duais.
- Com o alcance da independência, o governo tentou construir cidades mais justas e inclusivas.
- A produção do espaço urbano pós-independência alterou os conteúdos da urbanidade.
- Atualmente, os espaços urbanos do Norte são os que tiveram menos ganhos dos conteúdos da urbanidade.

Resumo: Os espaços urbanos moçambicanos são um produto do período colonial. Após a Independência Nacional, foram implementadas várias iniciativas pelo Governo da FRELIMO com o propósito de alterar a dualidade urbana, marcada fortemente pela discriminação racial, contudo, sem o sucesso esperado. Os espaços urbanos foram reclassificados, sendo incorporadas áreas rurais. É provável que a implementação dessa medida tenha alterado os conteúdos da urbanidade, definidos por Araújo. Passados quase 50 anos após a independência, urge analisar o estágio actual da urbanização, tendo como base a análise dos conteúdos da urbanidade, nomeadamente: (i) materiais de construção; (ii) acesso à água; (iii) acesso ao saneamento básico; e (iv) acesso à eletricidade. O estudo analisa a evolução desses indicadores tendo como base os dados do censo de 1980, 1997 e 2017. Para permitir que os conteúdos dos indicadores fossem comparáveis, optou-se por ajustá-los tendo como base a informação do censo de 1980. Os dados mostram ganhos importantes nas três regiões do país. Todavia, a região Norte, incluindo a província da Zambézia, é a que obteve menos ganhos e o Sul, excluindo a província de Inhambane, é a que mais benefícios alcançou.

Palavras-chave: Espaço urbano; Cidade; Urbanização; Moçambique; Indicadores de urbanidade.

¹ Professor de Geografia no Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Professora de Geografia no Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Eduardo Mondlane e especialista na área de Sistemas de Informação Geográfica.

³ Colaborador no Núcleo de Estudos Sócioterritoriais (NES) do Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique. Graduado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane.

⁴ Colaborador no Núcleo de Estudos Sócioterritoriais (UEM) do Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique. Estudante finalista do Curso de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane.



THE URBAN SPACES' SITUATION IN MOZAMBIQUE: FROM 1980 TO 2017

Abstract: Mozambican urban spaces are a product of the colonial period. After National Independence, several initiatives were taken by the FRELIMO Government with the aim of changing the urban duality, strongly marked by racial discrimination, however, without the expected outcome. Urban spaces were reclassified, with rural areas incorporated into urban space. It is likely that the implementation of this measure has changed the contents of urbanity, defined by Araújo. Almost 50 years after independence, it is urgent to analyze the current stage of urbanization, based on the analysis of the contents of urbanity, namely: (i) building materials; (ii) water access; (iii) access environmental sanitation; and (iv) access to electricity. The study analyzes the evolution of these indicators based on data from the 1980, 1997 and 2017 census. Based on the data from 1980 census we adjusted the indicators so that the contents of the indicators are comparable. The data analysis shows two main changes: The northern region that includes Zambezia province has collected less compared to the other regions of the country and in contracts, and, apart from Inhambane, the Southern region recorded more changes/gains.

Keywords: Urban space; City; Urbanization; Mozambique; Urbanity indicators.

LA SITUACIÓN DE LOS ESPACIOS URBANOS EN MOZAMBIQUE: DE 1980 A 2017

Resumen: Los espacios urbanos de Mozambique son producto del período colonial. Después de la Independencia Nacional, varias iniciativas fueron desbaratadas por el Gobierno del FRELIMO con el objetivo de cambiar la dualidad urbana, fuertemente marcada por la discriminación racial, pero sin el éxito esperado. Se reclasificaron los espacios urbanos, incorporándose las zonas rurales. Es probable que la implementación de esta medida haya cambiado los contenidos de la urbanidad, definida por Araújo. Casi pasados 50 años de la independencia, urge analizar la etapa actual de la urbanización, a partir del análisis de los contenidos de la urbanidad, a saber: (i) materiales de construcción; (ii) acceso al agua; (iii) acceso al saneamiento ambiental; y (iv) acceso a la electricidad. El estudio analiza la evolución de estos indicadores con base en datos de los censos de 1980, 1997 y 2017. Para permitir que los contenidos de los indicadores sean comparables, se decidió ajustarlos con base en la información del censo de 1980. Los datos muestran importantes avances en tres regiones del país. Sin embargo, la región Norte, incluyendo la provincia de Zambezia, es la que ha obtenido menores avances y la región Sur, excluida la provincia de Inhambane, es la que ha registrado mayores beneficios.

Palabras clave: Espacio urbano; Ciudad; Urbanización; Mozambique; Indicadores de urbanidad.

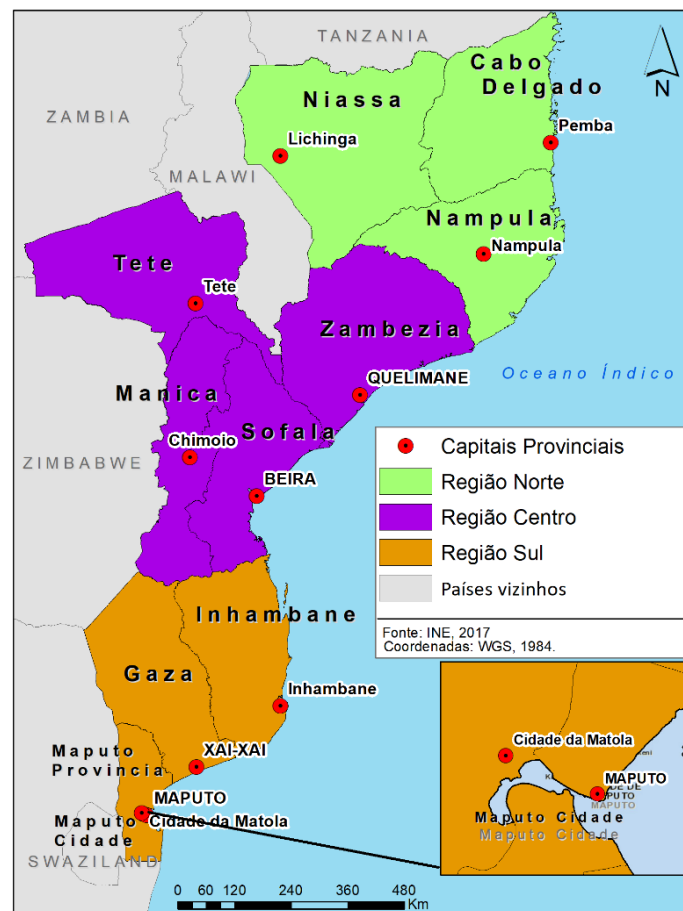
INTRODUÇÃO

Os atuais espaços urbanos moçambicanos são um produto colonial, que tratou de arruinar as formas espaciais urbanas existentes, suplantado um modelo Ocidental e excludente. A produção desses espaços visava atender aos interesses coloniais, já que Portugal iniciara um processo de “consolidação” da sua presença

no país. De acordo com Melo (2013) e Jorge e Melo (2014), este projeto inicia em 1950, associado a um movimento de fomento da migração portuguesa à Moçambique.

Antes da independência nacional, alcançada em 1975, o país contava com menos 5% da sua população vivendo em espaços urbanos (Araújo, 2003). Eram espaços urbanos constituídos apenas pela chamada “cidade de cimento⁵”, apesar de existir ao seu redor ocupações com relativa densidade demográfica e funcionando como o repositório da massa laboral indígena, que tinha a responsabilidade de garantir a vida na/da “cidade de cimento”.

Figura 1 - Localização geográfica de Moçambique e sua divisão administrativa em províncias



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

⁵ Para Araújo (2003, p. 170) “cidade de cimento” é também conhecida como a área urbana, por se encontrar bem-organizada territorialmente, obedecendo a uma planta ortogonal. É uma área de ocupação planejada, com rede viária pavimentada, serviços de saneamento básico moderno, redes de abastecimento de energia eléctrica, de água potável e de telecomunicações. As construções, em geral, são constituídas por edificações verticalizadas e forte concentração de comércio e serviços.

Com o alcance da independência, o governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique)⁶ resolveu implementar um processo de reestruturação urbana, que consistiu na alteração dos limites administrativos das cidades moçambicanas, implicando na inclusão da chamada “cidade de caniço”⁷ aos limites da cidade (Araújo, 1992; CNP, 1992; Dimande, 1992). Essas alterações permitiram produzir o novo arranjo urbano, que não só alterou o tamanho, mas também os conteúdos da urbanidade, já que por um decreto, parte da população rural passou a ser contabilizada como urbana, mas sem ter passado por um processo de transição.

Em 2025 o país alcança os 50 anos de Independência Nacional. A independência libertou o país da dominação colonial e permitiu implantar um novo sistema econômico-social. No ano do jubileu, importa compreender (i) como se constituiu o espaço urbano moçambicano e quais as implicações ao nível dos indicadores da urbanidade? E (ii) que mudanças ocorreram nos espaços urbanos moçambicanos?

A presente reflexão tem o propósito de (i) compreender o processo de construção do urbano e suas implicações nos seus conteúdos e (ii) demonstrar os principais avanços que ocorreram entre 1980⁸ e 2017⁹, tendo como base os indicadores da urbanidade desenvolvidos por Araújo (2003). A análise assenta nos dados dos censos realizados em 1980, 1997 e 2017. O estudo enseja evidenciar as alterações importantes ao nível dos indicadores, desvendando as nuances regionais para que se possam desenvolver estudos mais localizados, podendo subsidiar políticas públicas que privilegiam a redução das assimetrias regionais.

Para permitir a análise histórica, decidiu-se tomar como base os indicadores e conteúdos da urbanidade assumidos em 1980. Importa referir que

⁶ Iniciou como um movimento de luta pela libertação e mais tarde veio a constituir-se num partido político. Governa o território nacional desde o alcance da independência, em 1975. Em 1994 realizaram-se as primeiras eleições gerais e de lá até os dias atuais vem conquistando todos os pleitos eleitorais.

⁷ Para Araújo (2003, p.170) a “cidade de caniço” é também conhecida como a área suburbana, “constituída por bairros não planejados, de planta indiferenciada ou anárquica; elevada densidade de ocupação do solo, dificultando a circulação e falta de espaços para serviços; redes de abastecimento de energia elétrica e de água potável deficientes ou inexistentes; falta ou muito deficiente rede de telecomunicações; falta de serviços de saneamento básico; construção horizontal, com predomínio de material de construção de baixo custo ou precário; falta de serviços e deficiente rede comercial; dificuldades de circulação viária; área fundamentalmente residencial de classes trabalhadoras pobres; existência de algumas unidades industriais; graves problemas ambientais”.

⁸ Primeiro censo realizado no período pós-independência.

⁹ Último censo realizado no país.

se optou por manter os principais conteúdos dos indicadores utilizados em 1980, assumindo que o foco é, essencialmente, verificar como o país caminha para o alcance dos níveis da urbanidade, à semelhança dos países Ocidentais, como foi discutido por Matos (2021). Ou seja, recorrendo aos indicadores definidos por Araújo (2003) é possível apreender se os espaços urbanos caminham ou não para a modernização.

O exercício efetuado com os censos tem a limitação de apenas explorar os conteúdos tendo como base o ano de 1980. Não seria possível explorar a riqueza de informação captada nos censos seguintes, porque não teriam como serem comparados com a informação captada em 1980. Sendo assim, o estudo procura centrar-se nos conteúdos captados em 1980, o que implicou na adequação dos dados dos censos seguintes aos conteúdos de 1980. Verificou-se que era exequível fazer esse ajuste e não no sentido contrário, já que os censos seguintes desagregaram os conteúdos de 1980. Apesar dessa limitação, o propósito do artigo não é perturbado, já que a base de comparação é o ano de 1980, podendo compreender o que o censo de 1980, realizado em 2017, mostraria.

O artigo está dividido em dois (2) grandes momentos. No primeiro é discutido o processo histórico que cria os espaços urbanos moçambicanos. Com a discussão é possível compreender o que é urbano em Moçambique e que implicações esse processo pode ter nos conteúdos da urbanidade. O segundo momento é dedicado à análise dos conteúdos da urbanidade, tendo como base a análise (i) dos materiais de construção usados pelas famílias, (ii) das fontes de abastecimento de água, (iii) das formas de acesso ao saneamento básico e (iv) do acesso à eletricidade.

A CONSTRUÇÃO DO URBANO EM MOÇAMBIQUE

A independência trouxe consigo várias heranças e uma delas foi a organização territorial, que se encontrava assente nos objetivos político-econômicos de Portugal. Os planos de urbanização, desenhados no período colonial, encontravam-se desajustados à nova realidade política do país. Era

urgente adequá-lo às novas necessidades da administração local. Armando, destaca que:

Desde a independência, os planos de urbanização coloniais não eram considerados muito úteis mesmo se as Câmaras (até 1987) tentassem segui-los por falta de novas orientações. Em coordenação outras estruturas também continuaram com políticas coloniais às vezes prejudicando futuras iniciativas. Por exemplo, os serviços de água e eletricidade continuavam a fazer ligações domiciliárias em zonas não aptas para habitação (Armando, 1992, p.19).

Embora Portugal já tivesse um histórico de realização de censos, desde 1940, constata-se que os dados e informações providenciadas pelos recenseamentos não eram úteis para a tomada de decisões importantes, principalmente ao nível dos espaços urbanos. De acordo com o CNP (1992) os censos (de 1940 a 1960) não apresentavam, claramente a população por área de residência (rural e urbana) e, variou substancialmente de um censo para o outro. Foi no censo de 1970 que se definiu, visivelmente, o que era urbano, tanto na instrução para a recolha de dados, como na publicação. Porém, registou-se situações em que mesmo que um moçambicano vivesse num espaço delimitado como urbano, mas se tivesse uma habitação precária, era contado como rural,

[...] nas áreas das povoações sedes dos conselhos ou circunscrições considerar-se-ão duas zonas: urbana e rural. Considerar-se-ão urbanas as sedes cujos aglomerado populacional seja superior a 2 000 habitantes e rurais caso seja inferior; na publicação dos resultados agregaram que, tendo sido, por outro lado, considerados nesta contagem, apenas os habitantes que residiam em habitações de carácter permanente, sendo os restantes classificados como rurais independentemente da sua residência se incluir, ou não, no aglomerado urbano (CNP, 1992, p.41).

Apesar das alterações verificadas no censo de 1970, com a introdução de instruções discriminatórias, constata-se que é o único censo que apresenta uma definição de população urbana mais próxima da realidade. Alcançada a independência, os dados do censo se mostravam inviáveis para a implantação do modelo de gestão que se pretendia arraigar-se nos espaços urbanos. A entrada em funcionamento das Assembleias de Cidade e seus Conselhos Executivos, enfrentaram grandes desafios para a gestão das cidades. Era preciso definir o urbano para a nova conjuntura socioespacial. Nesse contexto, é realizada em

Maputo, de 26 de fevereiro a 3 de março de 1979, a 1ª Reunião Nacional das Cidades e Bairros Comunaes, onde se definiram as primeiras áreas urbanas do país independente.

A base para a definição dos novos espaços urbanos é a herança do período colonial, em que estava embasada nas cidades capitais dos distritos (actualmente províncias), mais a cidade de Nacala. Eram 10 cidades, com a exclusão da cidade de Chimoio que na altura pertencia ao distrito de Manica e Sofala, que tinha a cidade da Beira como a cidade capital do distrito. A reunião de 1979 definiu as atuais capitais provinciais como cidades e incluiu as cidades de Nacala e Chókwè. É com base nessa decisão que o censo de 1980 assumiu as 12 cidades como os espaços urbanos moçambicanos. Contudo, esta não foi a única alteração que acontece aos espaços urbanos moçambicanos, Dimande (1992), CNP (1992) e Araújo (1992) realçam que os espaços urbanos passaram por reclassificações urbanas, que permitiram a inclusão de mais espaço e população aos novos limites administrativos das cidades. A Reunião decidiu que as cidades deveriam incorporar aos seus limites:

- As áreas urbanizadas e suburbanizadas que existiam, onde a vida diária da sua população dependia dos serviços da chamada cidade de cimento;
- As áreas que apesar de separadas da cidade por acidentes geográficos como rios, baías ou ilhas, dependem administrativa e/ou socialmente da cidade; e
- As zonas verdes para a exploração agropecuária e florestal, as áreas de preservação ambiental e as áreas de recreação da população, para acomodar fins de expansão urbana.

Estas foram alterações significativas ao nível dos espaços urbanos, incorporando população que era rural, ou seja, essa decisão altera, substancialmente os conteúdos da urbanidade, utilizados por Araújo para compreender a urbanização moçambicana¹⁰. Na obra de 1992, Araújo critica essa

¹⁰ Estas são geralmente alterações de ordem político-administrativas, sem consequências imediatas para a população que de um dia para o outro deixa de ser rural, passando a ser urbana. Geralmente os limites são alterados nos mapas e nos censos seguintes essa população passa a ser contabilizada como urbana, mas sem se beneficiar dos equipamentos e serviços existentes na urbe. Por essa razão, Araújo denominou essa nova área de periurbana. Esse espaço torna-se numa área de expansão da cidade. A esse respeito, Araújo (1999, p. 177) refere “assim, a população que num dia era considerada

decisão, considerando que terão sido ignorados os alertas apresentados na sua tese de doutoramento, defendida em 1988, pois para além de alterar os conteúdos da urbanidade, deixou de fora algumas áreas urbanizadas.

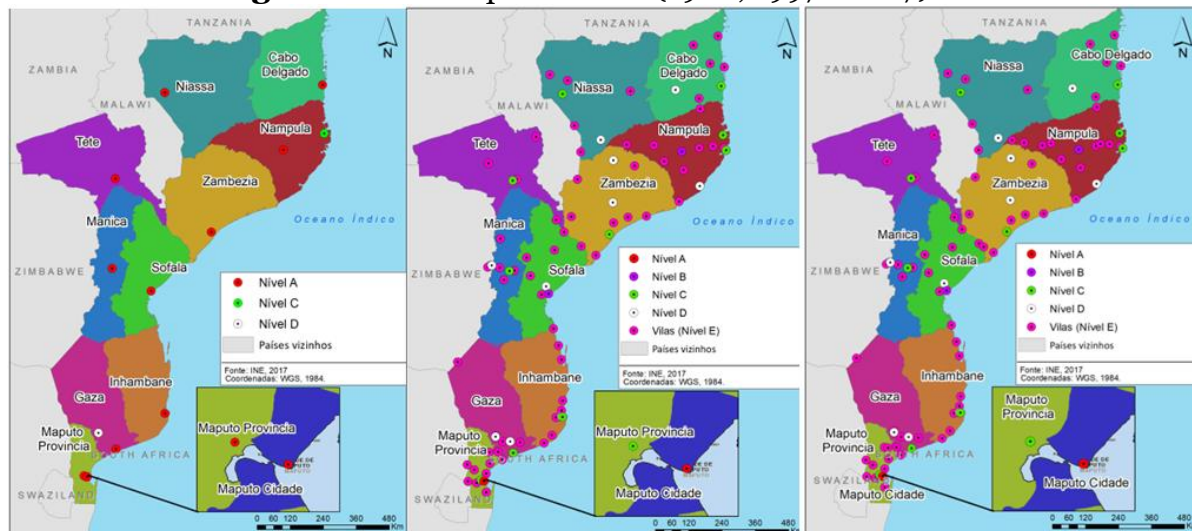
Em 1986 são introduzidas algumas alterações à Constituição da República no que concerne a organização territorial. O Decreto-Lei nº 4/86 define a nova divisão político-administrativa que organizou o país em Províncias, Distritos, Postos Administrativos e Localidades. O mesmo documento determina que os espaços urbanos moçambicanos são constituídos por cidades e vilas. Para materializar essa intenção, foi encomendado um estudo, em 1987, que deu as bases para a hierarquização dos espaços urbanos, materializadas na Resolução nº 7/87, de 25 de abril que classifica as cidades em quatro (4) níveis, nomeadamente: nível “A” a cidade de Maputo (capital do país); nível “B” constituída pelas cidades da Beira e de Nampula (cidades capitais regionais Centro e Norte, respectivamente); nível “C” que inclui as demais cidades capitais provinciais, mais as cidades de Nacala, Ilha de Moçambique e Matola; e as de nível “D” constituído pelos restantes centros urbanos que demonstraram um grau de desenvolvimento importante, principalmente para o desenvolvimento local (Angoche, Cuamba, Chibuto, Chókwè, Dondo, Gurué, Manica, Maxixe, Mocuba e Montepuéz).

O estudo que produziu a hierarquização dos espaços urbanos permitiu identificar a existência de algumas unidades territoriais, que não haviam alcançado os níveis de desenvolvimento para se considerarem cidades, mas estavam numa outra categoria que poderiam ser consideradas de vilas. Para Dimande (1992, p.8), os resultados do estudo demonstraram “existir no país centros urbanos que não tendo ainda atingido um nível de desenvolvimento que permita elevá-los à categoria de cidade, possuíam condições para serem consideradas vilas e necessitarem de uma classificação adequada, distinta da de localidade e cidade”. Este grupo de espaços urbanos passou a compor o nível E na hierarquia urbana, constituída pelas vilas urbanas (vide figura 2)

como rural e que vivia e agia como tal, no dia seguinte passou a ser urbana, sem que tivesse ocorrido qualquer transformação na ocupação do espaço, nas formas de produção, no comportamento e na economia familiar”.

No ano de 1990, devido o avanço da guerra civil que afetava principalmente as áreas rurais, tornando-as inseguras e forçando migrações para os centros urbanos, considerados mais seguros, não foi possível realizar o censo. Como solução, foi efetuado um levantamento numérico da população, em 1991 e, para esse levantamento foram considerados espaços urbanos as 23 cidades, definidas na Resolução nº 7/87, de 25 de abril.

Figura 2 - Hierarquia urbana (1980, 1997 e 2017)



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz, em 4 de outubro de 1992, o país ingressou num momento de estabilidade política, o que permitiu a organização do 2º Censo Populacional do país independente. O censo foi realizado em 1997 e para esse censo os espaços urbanos incluíram as áreas das 23 cidades e 58 vilas, totalizando 81 centros urbanos.

As principais alterações que foram acontecendo, ao longo do tempo, em função da classificação dos espaços urbanos, consistiram fundamentalmente na transição de vilas rurais para vilas urbanas, permitindo que no censo de 2017 o número de vilas urbanas aumentasse para 69. É interessante notar que a inclusão de determinadas vilas aos espaços urbanos apresenta uma progressão equilibrada, ao nível das três (3) regiões do país (quadro 1).

Os critérios usados para a classificação das áreas urbanas no país são complexos e são da responsabilidade exclusiva do Ministério da Administração

Estatual e Função Pública. São critérios de difícil aplicação pelos pesquisadores, principalmente por não estar claro as fontes de informação recorridas para o exercício. Embora se considere um critério complexo, o Governo publicou o Decreto nº 20/2015, de 4 de setembro, que orienta a classificação das áreas urbanas no país. Na prática, esse exercício de classificação é efetuado pelo Ministério competente, que determina e publica as áreas urbanas, passando a ser de uso obrigatório, principalmente pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), que realiza os censos no país.

Quadro 1 - Número de centros urbanos por província

Província	Censo de 1980	Censo de 1997	Censo de 2017
Niassa	1. Cidade de Lichinga	Cidades – 2; Vilas – 5	Cidades – 2; Vilas – 5
Cabo Delgado	2. Cidade de Pemba	Cidades – 2; Vilas – 5	Cidades – 2; Vilas – 5
Nampula	3. Cidade de Nampula 4. Cidade de Nacala	Cidades – 4; Vilas – 10	Cidades – 4; Vilas – 13
Zambézia	5. Cidade de Quelimane	Cidades – 3; Vilas – 7	Cidades – 3; Vilas – 8
Tete	6. Cidade de Tete	Cidades – 1; Vilas – 4	Cidades – 1; Vilas – 4
Manica	7. Cidade de Chimoio	Cidades – 2; Vilas – 2	Cidades – 2; Vilas – 5
Sofala	8. Cidade da Beira	Cidades – 2; Vilas – 6	Cidades – 2; Vilas – 6
Inhambane	9. Cidade de Inhambane	Cidades – 2; Vilas – 8	Cidades – 2; Vilas – 8
Gaza	10. Cidade de Xai-Xai 11. Cidade de Chókwè	Cidades – 3; Vilas – 4	Cidades – 3; Vilas – 6
Maputo Província		Cidades – 1; Vilas – 7	Cidades – 1; Vilas – 9
Maputo Cidade	12. Cidade de Maputo	Cidades – 1	Cidades – 1

População Urbana	1 539 119	4 454 859	8 764 310
------------------	-----------	-----------	-----------

Fonte: INE (1982; 1999; 2019)

A adoção acrítica dos espaços definidos como urbanos, não só pelo INE, mas também pelos pesquisadores, coloca em causa a compreensão da situação da urbanização. Não é apenas porque a cada censo novas vilas são declaradas urbanas, mesmo contendo uma forte característica rural, mas porque o limite de algumas cidades tem vindo a mudar, principalmente com a incorporação de espaços rurais aos espaços urbanos. O alerta foi dado, inicialmente por Araújo, em 1992 e mais tarde por Matos, em 2010 e 2021. Estes autores apresentam evidências da definição de espaços urbanos não ajustados à realidade moçambicana, procurando enfatizar a necessidade de se rever os critérios usados para a sua definição, já que estão a colocar em causa os conteúdos da urbanidade.

OS CONTEÚDOS DA URBANIDADE

A história da produção do espaço urbano, como apresentada no ponto anterior, “forçou” Araújo (1992; 2002) a questionar o caráter urbano das cidades e vilas moçambicanas. A produção de cidades segregacionistas, fruto da política colonial, arquitetou duas realidades diferentes, sendo a cidade colonial (cidade de cimento) apenas para os brancos e a área adjacente (cidade de caniço) reservada para os assimilados e indígenas, que estavam prontos para sanear a cidade e facultar a vida urbana. O alcance da independência consentiu que os indígenas, outrora relegados às cercanias da cidade, sem nenhum direito à cidade, passassem a fazer parte da cidade, mas sem os mesmos direitos que a população que residia na cidade colonial.

Por um decreto, uma população rural, carente de meios de consumo coletivo, passou a fazer parte dos limites administrativos das cidades, e consequentemente do espaço urbano, mas sem as devidas transformações necessárias. A cidade colonial sempre representou o projeto de modernidade em Moçambique, representado pelo tipo de habitação, que condicionava o arranjo

sócioespacial, a partir da implantação dos meios de consumo coletivos ajustados ao arranjo socioespacial implantado.

A organização do espaço urbano moçambicano, à moda europeia, implicava num arranjo sócioespacial de implantação dos meios de consumo coletivo tendo em conta o modelo Ocidental. Após a independência, apesar dos esforços do governo pós-independência para a produção de espaços urbanos mais justos e inclusivos (Melo, 2013; Fernandes; Nascimento, 2018; Raposo et al, 2012), não se conseguiu alterar o carácter dual das cidades e vilas. Apenas se acrescentou mais população rural ao urbano.

Como as tentativas de transformação da cidade de caniço e do espaço periurbano não chegaram a alcançar o modelo de urbanização herdado do período colonial (materializado na cidade de cimento), então a cidade continuou a ser a cidade de cimento e as áreas adjacentes passaram a ser consideradas de “bairro”, onde o sonho é transformar os “bairros” em cidade. Esta forma de produzir e perceber a cidade ainda se mantém até os nossos dias.

Ao estudar a produção e dinâmica dos espaços urbanos moçambicanos, Araújo (2003) compreendeu a cidade como um espaço dual, multifacetado. Para o autor, com as dinâmicas resultantes da reclassificação urbana, os espaços urbanos passaram a contar com três (3) anéis, nomeadamente a cidade de cimento, a cidade de caniço e a área periurbana. Como forma de compreender o nível de integração dos espaços urbanos ao projeto moderno (ou de cidade Ocidental), Araújo (1999) propôs a compreensão do nível de desenvolvimento dos espaços urbanos (bem como a sua diferenciação interna), tendo como base os seguintes indicadores: (i) tipo de atividade económica desenvolvida pelo chefe do agregado familiar; (ii) tipo de habitação; (iii) condições de abastecimento de água; (iv) saneamento básico e (v) cobertura da rede de eletricidade.

Araújo (2003) considera que esses indicadores permitem definir uma maior ou menor urbanidade e/ou ruralidade. Ou seja, em função dos resultados que se obtém dos indicadores, é possível concluir que um determinado espaço se aproxima da ruralidade ou da urbanidade. Ao optar por esses indicadores, Araújo alerta para o facto dos mesmos não serem unânimes. Matos (2021) considera que é preciso ter-se cautelas na aplicação desses indicadores, por conceberem o

urbano numa perspetiva Ocidental, podendo estar desajustado à realidade local. Mesmo com esses alertas, os dois autores adotam os indicadores para compreenderem as dinâmicas urbanas, por considerarem ser este o modelo de cidade que se produz no país.

É importante realçar que esses indicadores se encontram alinhados ao debate sobre o desenvolvimento urbano sustentável, principalmente na luta pela edificação de cidades sustentáveis. São indicadores que compõem parte dos principais problemas ambientais destacados por Satterthwaite (2004), que divide os problemas ambientais em dois (2) principais grupos. Para o autor, os problemas do primeiro grupo estão relacionados com as necessidades dos moradores urbanos, influenciando na sua qualidade de vida. O segundo grupo está relacionado com a transferência dos problemas para ecossistemas ou populações que vivem fora do espaço geográfico de análise.

Os problemas apresentados no primeiro grupo coincidem com às questões sanitárias, também denominadas por “Agenda Marron” ou “Agenda Sanitária”. São problemas que afetam a maioria dos países em desenvolvimento, por carecerem de infraestruturas sociais básicas, como água encanada (potável), saneamento adequado, condições de habitação condigna e acesso à eletricidade. É, a partir destes indicadores, que o artigo analisará o ponto de situação da urbanidade nos espaços urbanos moçambicanos.

Ao se optar por compreender a urbanização moçambicana tendo como base os conteúdos da urbanidade, não se está a assumir que os indicadores utilizados são de exclusiva implantação nos espaços urbanos. Compreende-se que os conteúdos desses indicadores mostram o tipo de urbanização produzido no país, tendo em conta que se trata de um processo histórico, que moldou o modelo de urbanização Ocidental como o ideal. Ou seja, para ser considerado urbano é preciso viver numa habitação convencional, estar ligado às redes de água encanada, de esgoto e de eletricidade. Ou seja, o tipo de conteúdo do indicador revela se o espaço tende a ser urbano ou rural. Moderno ou tradicional. É nesse quadro que o artigo analisa os conteúdos da urbanidade.

Material de construção

A grande preocupação com este indicador, desde o ano de 1980, foi identificar os principais tipos de materiais usados na construção da habitação, se eram os chamados materiais convencionais (comumente designados de materiais definitivos) ou os materiais de origem vegetal e precários, sendo que o primeiro representa a transição para a modernidade, com a família deixando de recorrer à natureza, passando a construir a sua habitação tendo como base os materiais provenientes da transformação industrial. Essa transição significa um passo importante para a família, o início da melhoria da sua condição socioeconômica.

A captação das particularidades deste indicador variou muito pouco ao longo dos censos realizados (quadro 2). Verificou-se, com a realização dos censos seguintes, maior especificação dos materiais de construção e a separação de alguns, com o propósito de fornecer o maior detalhe possível. Contudo, percebe-se que o indicador capta dois (2) principais tipos de materiais de construção, nomeadamente: (i) materiais de construção convencional ou definitivo (cimento, tijolo e madeira e zinco) e materiais de construção de origem vegetal e precários (adobe, caniço, paus, bambu, lata e cartão).

Quadro 2 - Evolução do conteúdo do indicador material de construção (1980-2017)

	1980	1997	2017
Tipo de material de construção	<ul style="list-style-type: none"> • Cimento/Tijolo • Madeira e Zinco • Adobe • Caniço ou Palha • Paus maticados 	<ul style="list-style-type: none"> • Cimento • Tijolo • Madeira e Zinco • Adobe • Caniço e Paus • Paus maticados • Lata 	<ul style="list-style-type: none"> • Bloco de Cimento • Bloco de Tijolo • Madeira /Zinco • Bloco de Adobe • Caniço/Paus/Bambu • Paus maticados • Lata/Cartão

Fonte: INE (1982; 1999; 2019).

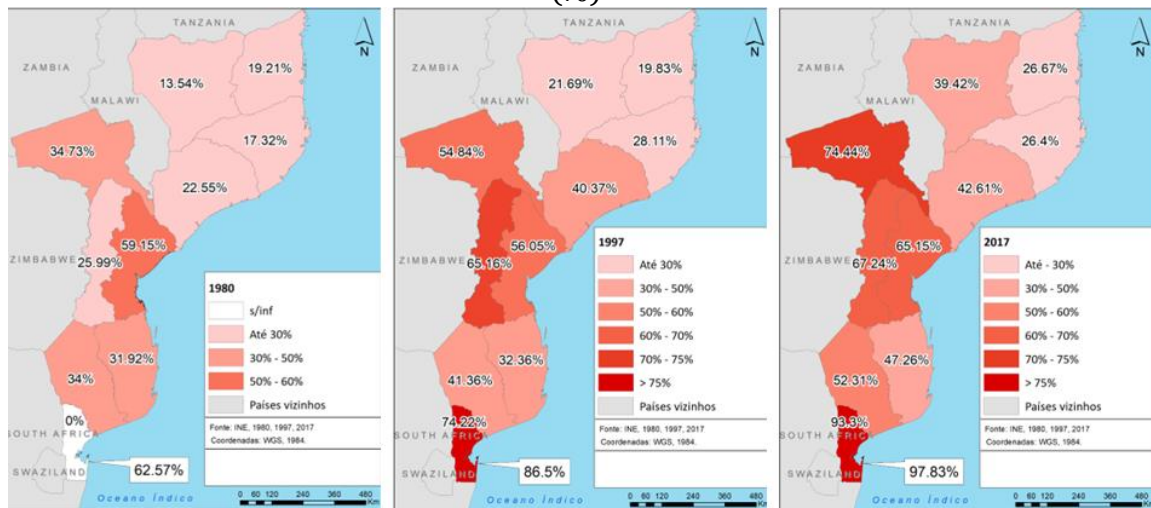
Analisando os dados da figura 3 percebe-se que em 1980, apenas dois (2) espaços urbanos apresentavam mais de 50% dos seus residentes vivendo em habitações construídas à base dos materiais de construção convencional, nomeadamente as províncias de Maputo Cidade e Sofala, com 63% e 59%, respetivamente. As diferenças entre essas duas províncias eram reduzidas. Os dados do mesmo ano indicam que a situação era menos boa nas províncias do

Norte do país, incluindo a província da Zambézia que não alcançava a barreira dos 25% dos seus residentes vivendo em habitações construídos com materiais convencionais.

Para o ano de 1997, a situação melhora em todos os espaços urbanos, com exceção das províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Sofala. Nesta última, as condições se deterioraram. As diferenças entre Maputo Cidade e Sofala agigantaram-se. Os espaços urbanos da região Norte são os que apresentam maior parte da sua população vivendo em habitações construídas com materiais de origem vegetal e precários, com Cabo Delgado a ser a pior província.

O ano de 2017 evidencia resultados animadores em todos os espaços urbanos, contudo verifica-se que as províncias do Norte do país, incluindo as províncias da Zambézia e de Inhambane são as que apresentam menos de 50% dos seus residentes urbanos vivendo em habitações construídas com materiais convencionais. A situação é preocupante nos espaços urbanos do Norte, onde estão bastante longe de alcançar os 50%.

Figura 3 - Evolução na utilização dos materiais de construção convencionais (%)



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Abastecimento de água

O acesso à água potável é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, bem como para evitar e controlar as doenças contagiosas e parasitárias. A prestação deste serviço encontra-se bastante relacionada com a

forma como se encontra organizada a ocupação do espaço, ou seja, quando se está perante uma organização que nos remete a um espaço urbano Ocidental, então a canalização se apresenta como a melhor forma de fazer chegar a água aos moradores. Mas, se a forma de organização do espaço está mais próxima de uma ocupação “anárquica”, formas alternativas deverão ser encontradas.

Analisando o quadro 3 percebe-se que ao longo dos censos foi se especificando melhor as diversas fontes de obtenção de água, permitindo que estudos mais específicos pudessem ser realizados. Apesar disso, de acordo com a leitura que se apresentou no parágrafo anterior, constata-se que existem duas principais formas de obter água, uma que é a partir da canalização (água encanada) e a outra é a recorrência a fontes alternativas, que geralmente não são práticas no modelo de cidade Ocidental, tais como: fontanários, poço, furo e rios e lagos.

Quadro 3. Evolução do conteúdo do indicador abastecimento de água (1980-2017)

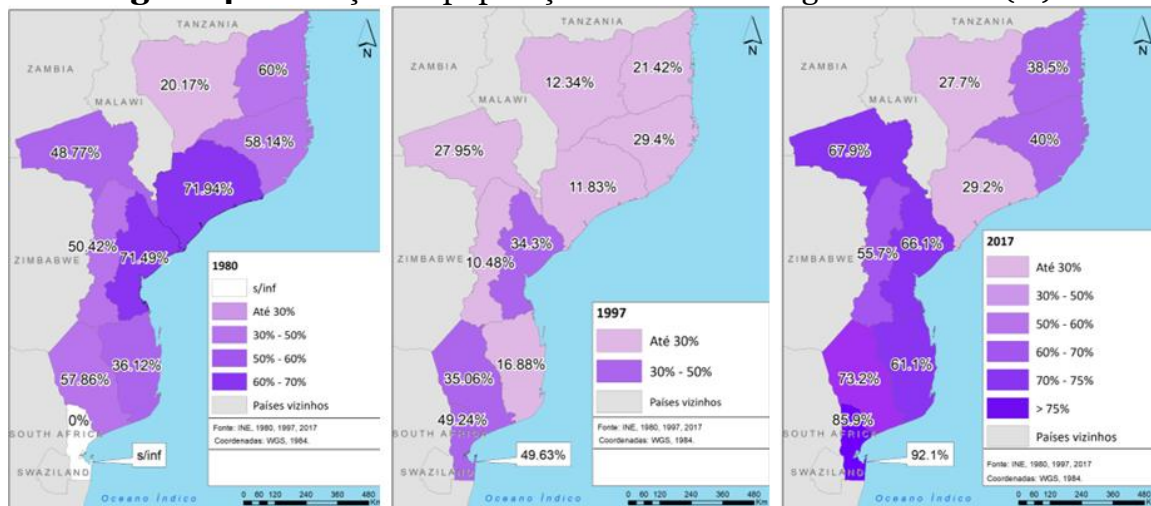
	1980	1997	2017
Fontes de abastecimento de água	<ul style="list-style-type: none"> • Água canalizada dentro de casa; • Água canalizada fora de casa; • Rios ou lagos • Poço 	<ul style="list-style-type: none"> • Água canalizada dentro de casa; • Água canalizada fora de casa; • Fontanário; • Poço ou furo; • Rio ou lago 	<ul style="list-style-type: none"> • Água canalizada dentro de casa; • Água canalizada fora de casa; • Água canalizada na casa do vizinho • Fontanário; • Poço ou furo protegido com bomba manual; • Poço ou furo protegido sem bomba manual; • Água do poço não protegido; • Água de nascente; • Rio ou lago; • Água da chuva, • Água de tanques camiões; • Água mineral

Fonte: INE (1982; 1999; 2019)

As condições de acesso a água encanada eram relativamente melhores no ano de 1980. Apenas três (3) províncias não conseguiam alcançar os 50% dos seus residentes urbanos beneficiando de água encanada, nomeadamente Niassa, Tete e Inhambane, com 20,2%, 48,8% e 36,1%, respetivamente (figura 4). Para esse ano, não foi possível encontrar os dados para a província da Cidade de Maputo. Contudo, sendo a capital, é provável que os dados sejam os melhores que o resto dos espaços urbanos.

É interessante notar que para o censo de 1997 os dados se deterioraram, em todos os centros urbanos. A cidade de Maputo é o único centro urbano que apresentou metade da sua população recorrendo a água encanada. É provável que o impacto da guerra civil, que afetou mais as áreas rurais, tenha contribuído para essa situação, ao forçar a migração de um grande contingente populacional para os espaços urbanos, ocupando principalmente as áreas periféricas das cidades e vilas (áreas suburbanas e periurbanas), onde não era possível fazer chegar a água encanada a essa população.

Figura 4 - Evolução da população com acesso à água encanada (%)



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Em 2017 as condições melhoram, se comparado ao ano de 1980. Os centros urbanos da região Norte do país são os que menos ganhos tiveram. São espaços em que menos de 40% dos seus residentes se beneficia de água encanada. Os casos mais inquietantes são verificados em duas (2) províncias, nomeadamente Niassa e Zambézia (27,7% e 29,2%, respetivamente). Importa destacar que

Maputo Cidade se destaca em relação aos outros centros urbanos. São os espaços urbanos da província de Maputo os que se aproximam das cifras registadas na cidade de Maputo.

Os percentuais de população beneficiando de água encanada, registados no censo de 2017, pode parecer estranho para a realidade moçambicana. Todavia, é importante realçar que os dados do censo de 2017 já reconhecem o acesso à água a partir da torneira do vizinho, como uma fonte legal¹¹. Sendo assim, as famílias com torneira em casa, quer seja dentro ou fora, mas também os que recorrem a torneira do vizinho passam a fazer parte do grupo com acesso a água encanada. A proliferação de fornecedores privados de água encanada, principalmente na Região Metropolitana de Maputo (Cidade de Maputo, Cidade da Matola, Vila da Matola Rio, Vila de Boane e Vila de Marracuene) aumentou significativamente, influenciando os percentuais registados nesses espaços. Os fontanários que outrora se apresentavam como uma opção de acesso à água, deixaram de ser viáveis, economicamente, principalmente devido à sua gestão (veja INE, 2023).

Saneamento básico

O saneamento básico é também fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, bem como para evitar e controlar as doenças contagiosas e parasitárias. Uma das grandes preocupações que enfrentaram os gestores dos espaços urbanos, logo após a independência, foi melhorar as condições de vida da população, a partir da massificação das latrinas¹² para todas as famílias.

Esta preocupação dos gestores urbanos e do país, aparece refletido no censo de 1980, onde o grande desassossego era captar se as famílias dispunham ou não de saneamento básico. De acordo com um dos responsáveis¹³ pela realização do censo de 1980, as famílias eram perguntadas se tinham latrina. Com

¹¹ Veja o trabalho desenvolvido por Ginistry (2020).

¹² São uma forma de saneamento básico precário, característico dos espaços rurais que geralmente não dispõem de um sistema de esgoto. Como solução, as famílias cavam um buraco, transformando em fossa (de laje de betão – denomina-se melhorada, ou laje de madeira – denomina-se de tradicional melhorada ou coberta de bambu/troncos para proporcionar suporte ao utilizador – denomina-se não melhorada) e para garantir privacidade é construída uma infraestrutura (cabana, coberta de capim ou chapa de zinco – denominada melhorada, ou coberta apenas por bambu ou outro material local – denominada tradicional melhorada ou recorrida a uma vedação de papelão, plantas ou conjunto de sacos – considerada não melhorada).

¹³ Professor Catedrático Manuel Garrido Mendes de Araújo, em entrevista em julho de 2024.

o termo latrina engloba-se a retrete e os diversos tipos de latrinas existentes. Assim, era possível conhecer quais os desafios os governos enfrentariam nas diferentes unidades administrativas.

O modelo de urbanização Ocidental é mais consentâneo com um saneamento básico que permite a implantação de infraestruturas de esgoto, permitindo que as famílias tenham retrete. As latrinas são a forma local de acesso ao saneamento básico, que se conforma com a realidade socioeconómica das famílias, principalmente daquelas que vivem na área suburbana e periurbana, onde a ocupação do espaço não foi ordenada e desde que para lá se fixaram, o poder público pouco fez para garantir o direito à cidade.

Tendo em conta que ao longo dos censos o indicador foi se especificando (quadro 4), oferecendo mais informações, para permitir que estudos mais específicos fossem realizados, adotou-se a base do censo de 1980, com o propósito de enxergar o ponto de situação das famílias (se têm ou não acesso a uma forma de saneamento básico).

Quadro 4 - Evolução do conteúdo do indicador saneamento básico (1980-2017)

	1980	1997	2017
Tipo de saneamento básico	<ul style="list-style-type: none"> • Latrina 	<ul style="list-style-type: none"> • Retrete com autoclismo; • Retrete sem autoclismo; • Latrina • Não tem 	<ul style="list-style-type: none"> • Retrete com autoclismo dentro de casa; • Retrete sem autoclismo fora de casa; • Retrete sem autoclismo; • Latrina melhorada; • Latrina tradicional melhorada; • Latrina não melhorada; • Sem retrete/Latrina

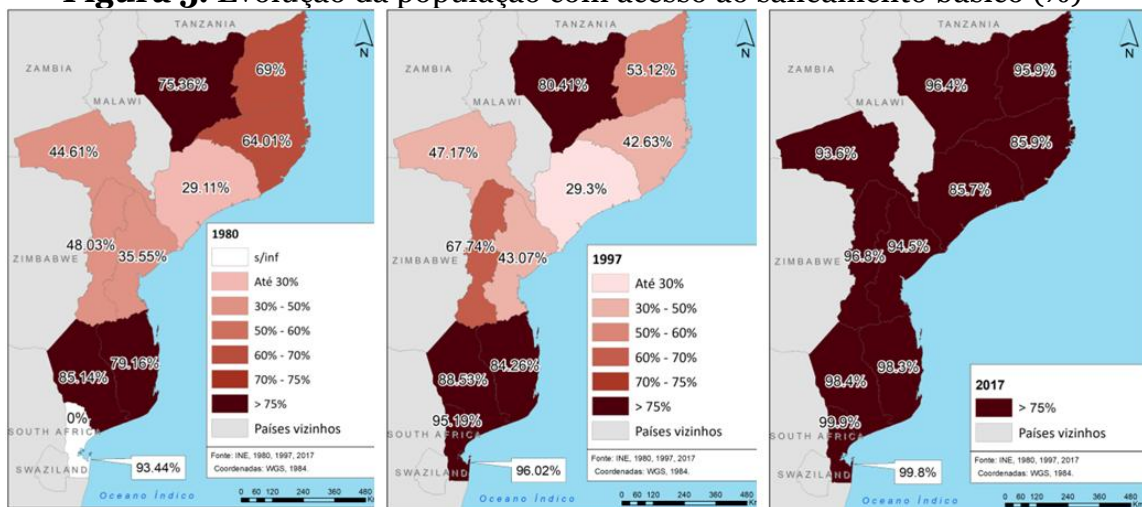
Fonte: INE (1982; 1999; 2019)

Com a exceção da cidade de Maputo, logo após a independência a situação de saneamento era preocupante em todos os centros urbanos, com maior

destaque para os centros urbanos localizados na região Centro, onde menos de 50% dos residentes dispunham de um saneamento básico. A situação era ainda mais preocupante nos centros urbanos das províncias da Zambézia e de Sofala (com 29,1% e 35,6%, respectivamente) (figura 5).

Para o censo de 1997, apesar de algumas melhorias, a situação continua preocupante ao nível das províncias do Centro do país. Porém, há a destacar duas (2) províncias, sendo a província de Nampula que vê sua situação degradar-se e a província de Manica, que apresenta um cenário inverso. Em relação às restantes províncias, é importante sublinhar os centros urbanos da província de Cabo Delgado que apesar de continuarem a garantir mais de 50% dos seus residentes com acesso ao saneamento básico, constata-se que registaram uma perda de 15% da sua população que se beneficiava desse serviço, em 17 anos.

Figura 5. Evolução da população com acesso ao saneamento básico (%)



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Os ganhos verificados no ano de 2017 são satisfatórios em todas as províncias. Quase todos os residentes dos espaços urbanos do Sul do país têm acesso ao saneamento, independentemente do seu tipo. As regiões Centro e Norte do país são as áreas em que se registam, ainda, desafios para se garantir o acesso universal. Os desafios são maiores ao nível dos centros urbanos das províncias de Nampula e Zambézia.

Acesso à eletricidade

O acesso à eletricidade é fundamental para as famílias, pois só com essa fonte de energia, considerada limpa (embora questionável), as famílias têm acesso aos mais diversos equipamentos modernos, indispensáveis à vida moderna (principalmente num mundo cada vez mais globalizado). Refletir se a eletricidade abrange a todas as famílias é também uma forma de avaliar o desempenho do governo, nesses quase 50 anos, em garantir que a eletricidade chegue a todas as famílias, principalmente porque o país dispõe de uma hidroelétrica com capacidade de fornecer energia para toda a população moçambicana.

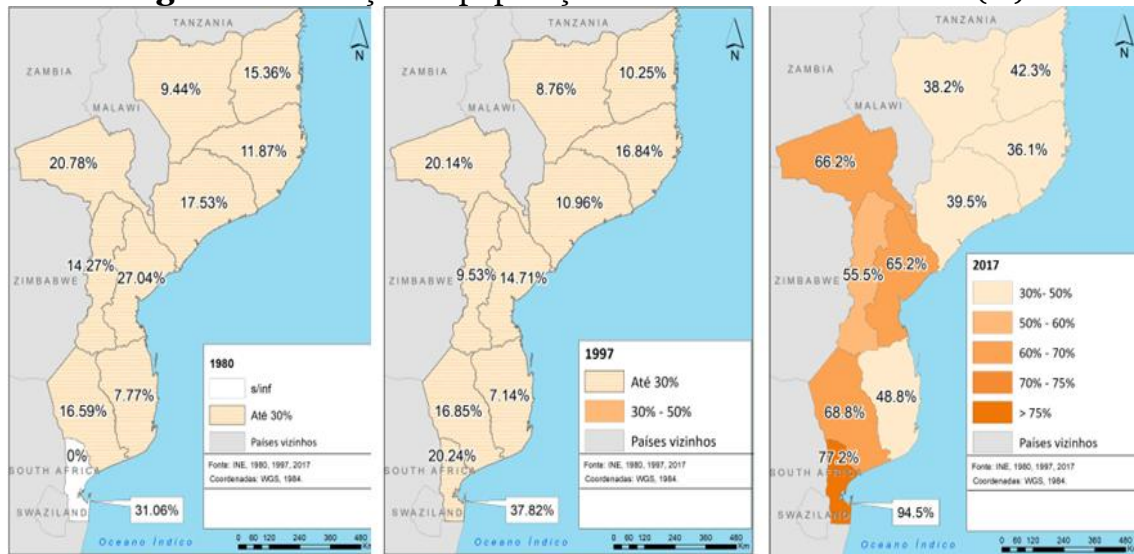
Até o ano de 1997 a preocupação dos censos era saber se os agregados familiares tinham ou não acesso à energia elétrica. Nos anos seguintes, os censos passaram a captar outras fontes de energia (quadro 5). Porém, para a análise que se pretende fazer, considerou-se se o agregado familiar tinha ou não acesso à eletricidade, permitindo comparar a evolução dos esforços do governo para permitir que mais famílias se beneficiem da corrente elétrica.

Quadro 5. Evolução do conteúdo do indicador eletricidade (1980-2017)

	1980	1997	2017
Fonte de eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> • Eletricidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Eletricidade • Sem eletricidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Eletricidade; • Gerador/Placa Solar; • Petróleo/Parafina/Querosene • Velas; • Baterias; • Lenha • Pilhas

Fonte: INE (1982; 1999; 2019)

Em 1980, menos de 30% da população urbana do país tinha acesso à energia elétrica. Apenas os centros urbanos de Maputo Cidade e Sofala apresentavam cifras próximas dos 30% (31,1% e 27,0%, respetivamente) (figura 6).

Figura 6. Evolução da população com acesso à eletricidade (%)

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Para o ano de 1997 a situação dos centros urbanos se deteriora, com exceção da cidade de Maputo em que a cobertura se aproxima dos 40%. Esta redução na cobertura dos centros urbanos no acesso à eletricidade pode ser explicada, em parte, pelos impactos da guerra civil.

Apesar dos avanços alcançados em 2017, constata-se que o acesso a este serviço ainda é um desafio. A região Norte do país, incluindo a província da Zambézia, continua sendo a região com mais desafios. Porém, os centros urbanos da província de Cabo Delgado viram um significativo número da população urbana passar a beneficiar-se da energia elétrica.

A região que apresenta os melhores níveis de cobertura no acesso à energia elétrica é o Sul, com a exceção da província de Inhambane, que apresenta percentuais deslocados da sua região. A cidade de Maputo, capital do país, é o centro urbano com a maior cobertura, alcançando os 95%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços urbanos moçambicanos são o reflexo do período de colonização, que se encarregou de produzir espaços duais, fragmentados, mas indissociáveis. Esta herança acabou por se impor na (re)produção dos espaços urbanos pós-independência, apesar dos esforços do governo da FRELIMO para torná-los mais justos e inclusivos.

Na tentativa de quebrar com as formas de administração do território colonial, os espaços urbanos foram reclassificados, passando a incluir, não só a cidade colonial, mas também a cidade “indígena”, a partir da incorporação da “cidade de caniço” e de áreas de expansão. Este processo alterou os conteúdos da urbanidade, pois formas alternativas de acesso aos meios de consumo coletivo tiveram de ser reinventados, a partir da experiência dos espaços rurais.

Passados quase 50 anos da Proclamação da Independência Nacional, constata-se que foram registadas melhorias ao nível dos indicadores da urbanidade. Contudo, a região Norte, incluindo a província da Zambézia, é a que menos ganhos teve. Enquanto a região Sul, com exceção da província de Inhambane, é a que apresenta os melhores resultados.

Analisando os indicadores da urbanidade trabalhados no artigo, pode-se depreender o seguinte:

- *Tipos de materiais de construção:* os espaços urbanos da região Norte ainda continuam a ter as suas habitações construídas à base de materiais de origem vegetal e precários, ou seja, recorrendo à natureza para a construção da sua residência. Ainda se encontram longe do ideal da casa moderna, própria dos espaços urbanos Ocidentais, que inspirou a urbano moçambicano;
- *Acesso à água:* analisando os dados de 1980 a 2017, constata-se que o acesso à água encanada aumentou significativamente em quase todos os espaços urbanos do país, com exceção da região Norte do país, incluindo a província da Zambézia, que viram seus residentes “forçados” a encontrarem outras soluções;
- *Saneamento básico:* Os dados do censo de 1980 mostraram que existia um percentual significativo da população sem acesso a esse serviço e estavam concentrados na região Centro do país. O censo de 2017 mostra que houve avanços significativos na universalização deste serviço, contudo duas províncias destacam-se na negativa, estando bastante abaixo das restantes. São elas, Nampula e Zambézia; e

- *Acesso à eletricidade:* Constata-se que cinco (5) anos após o alcance da independência, a maioria da população urbana não se beneficiava deste serviço. Os esforços do governo foram significativos, durante os mais de 40 anos, todavia os resultados ainda impõem enormes desafios, principalmente para a população residente nos centros urbanos do Norte do país, incluindo a província da Zambézia.

Os dados mostram que para compreender a evolução dos indicadores da urbanidade dos espaços urbanos moçambicanos deve-se começar a fazer a análise a partir de 1997, quando o censo passou a captar mais informações sobre os indicadores, permitindo estabelecer análises que evidenciam a sua tendência para a urbanidade ou a ruralidade. Os dados do censo de 1980 permitem-nos captar as bases necessárias para compreender o fornecimento e acesso aos serviços básicos nos centros urbanos e não permitem estudar o tipo de urbanização que se (re)produz no país.

O artigo oferece uma leitura mais geral da situação dos espaços urbanos moçambicanos, principalmente o seu percurso desde o ano de 1980 a 2017, tendo como base a informação captada cinco (5) anos após a Proclamação da Independência Nacional. Os dados mostram assimetrias regionais que precisam ser aprofundadas, principalmente a partir de estudos que exploram a qualidade dos conteúdos da urbanidade captados no censo de 2017. Esses estudos, mais localizados, que podem ser ao nível provincial ou da cidade, possibilitarão o desenho de políticas públicas ajustadas à realidade provincial ou local.

Importa destacar que seria interessante compreender as dinâmicas urbanas tendo como indicadores abastecimento de água e saneamento básico, recorrendo aos dados do censo de 2017, pois os conteúdos permitem aprofundar as nuances que o censo de 1980 não captou. Por exemplo, o acesso à água encanada pode evidenciar diferenças daqueles que são privilegiados a ter a água no domicílio e os que recorrem a torneira do vizinho (que neste estudo estão todos incluídos no acesso à água encanada). Para o saneamento básico, tornar-se-á interessante distinguir os que se beneficiam de latrinas melhoradas e os que ainda recorrem a latrinas tradicionais não melhoradas.

A aprovação da primeira Política de Urbanização (Moçambique, 2024), no ano de 2024, poderia representar uma oportunidade de se repensar o direito à cidade, ao mesmo tempo que dedicaria parte da sua implementação à redução das assimetrias regionais. Porém, constata-se que ela não aborda, de forma consistente, a questão do direito à cidade e nem toma em conta as assimetrias regionais. Discutir as assimetrias regionais, aparece representar, um exercício de avivar uma questão que foi sendo escamoteada desde o alcance da independência, sob o pretexto de evitar o divisionismo, o regionalismo e a quebra da unidade nacional que se pretendia consolidar. Provavelmente este seja o momento para se iniciar o debate sobre as assimetrias regionais, com o propósito de se evitar a elaboração de políticas públicas generalistas que aumentarão as desigualdades regionais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Manuel. M. Distribuição geográfica da população e processos de urbanização. *In*: CNP/DNE/UPP. **Workshop sobre as bases metodológicas para a investigação das tendências do crescimento da população urbana em Moçambique**. Projecto MOZ/91/P04-OIT/FNUAP. Série População e Desenvolvimento. Documento nº 6. Maputo, 1992, p.63-71.

ARAÚJO, Manuel. M. A cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. **Finisterra**, 34(67/68). 1999. <https://doi.org/10.18055/Finis1694>.

ARAÚJO, Manuel. G. M. Ruralidades-urbanidades em Moçambique: conceitos ou preconceitos. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**. I Série. vol. 18 (2002), Porto, p.5-11. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/geografia/article/view/7733/7097>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ARAÚJO, Manuel. G. M. de. Os Espaços Urbanos em Moçambique. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 165-182, 2003. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123846>.

ARMANDO, Manuel. A situação de planeamento urbano em Moçambique. *In*: CNP/DNE/UPP. **Workshop sobre as bases metodológicas para a investigação das tendências do crescimento da população urbana em Moçambique**. Projecto MOZ/91/P04-OIT/FNUAP. Série População e Desenvolvimento. Documento nº 6. Maputo, 1992, p.19-26.

CPP (Unidade de População e Planificação). População urbana nos recenseamentos a partir de 1940 em Moçambique. *In*: CNP/DNE/UPP. **Workshop sobre as bases metodológicas para a investigação das tendências do crescimento da população urbana em Moçambique.** Projecto MOZ/91/Po4-OIT/FNUAP. Série População e Desenvolvimento. Documento nº 6. Maputo, 1992, p.27-47.

DIMANDE, Aurélio. Critérios legais de definição e criação de assentamentos humanos. *In*: CNP/DNE/UPP. **Workshop sobre as bases metodológicas para a investigação das tendências do crescimento da população urbana em Moçambique.** Projecto MOZ/91/Po4-OIT/FNUAP. Série População e Desenvolvimento. Documento nº 6. Maputo, 1992, p.5-10.

FERNANDES, Ana. S.; NASCIMENTO, Augusto. O “Direito à Cidade” nos PALOP: quatro décadas de expansão urbana, de políticas e ações sociais. Notas para uma investigação. **Cadernos de Estudos Africanos.** 35, Lisboa, p.109-132, 2018

GINISTRY, Karine. **Serviços urbanos e justiça espacial em Maputo.** 1ª ed. Maputo: AFROMO-CHS, 2020.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **I Recenseamento Geral da População e Habitação 1980:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 1982.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 1999.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2010.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 – Manual do Recenseador.** Documento nº 6. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas. 2017.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2019.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Migração e Urbanização em Moçambique.** Maputo: INE, 2023.

JORGE, Silvia; MELO, Vanessa. Processos e dinâmicas de intervenção no espaço peri-urbano: o caso de Maputo. **Cadernos de Estudos Africanos.** 27. 2014. p. 55-77. <https://doi.org/10.4000/cea.1488>.

MATOS, Elmer A. C. de. Cidade e urbano em Moçambique: uma reflexão a partir dos espaços urbanos da província da Zambézia. **Revista Humanidades e Inovação**. V.8. n.46, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5985>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MATOS, Elmer A. C. de. Desenvolvimento urbano sustentável: o caso da cidade de Mocuba. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n.1, 2012. p. 83-102. <https://doi.org/10.5902/223649947324>.

MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. Evolução e distribuição da população na cidade de Mocuba. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 14, n.3. 2010. p.46-61.

MELO, Vanessa de P. Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro. **Revista Brasileira de Gestão Urbano** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 1, 2013. p.77-88. <https://doi.org/10.7213/urbe.7786>.

MOÇAMBIQUE. Resolução nº 31/2024, de 10 de julho. **Boletim da República**: I Série, Nº 133. Maputo, 2024.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 20/2015, de 7 de setembro. Estabelece as normas e os critérios para a classificação de distritos e de zonas urbanas. **Boletim da República**: I Série, Nº 71. Maputo, 2015.

MOÇAMBIQUE. Resolução nº 7/87, de 25 de maio. **Boletim da República**: I Série, Nº 16. Maputo, 1987.

RAPOSO, Isabel. S.; JORGE, Sílvia.; VIEGAS, Sílvia; MELO, Vanessa. Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 4, n. 2, Curitiba, p.189-205, 2012.

SATTERTHWAITE, D. Como as cidades podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 129-169.

Como citar este artigo:

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; NUNES, Alice Alfredo Zua; ANTÓNIO, Filimone Carlos; RAJABO, Shaquil Rachide. A situação dos espaços urbanos em Moçambique: de 1980 a 2017. **GEOGRAFIA**, Rio Claro-SP, v. 50, n. 1, pp. 96-123, 2025. DOI:

Recebido em 13 de agosto de 2024
Aceito em 01 de abril de 2025